



**Caderno Administrativo  
Conselho Superior da Justiça do Trabalho**

**DIÁRIO ELETRÔNICO DA JUSTIÇA DO TRABALHO**

PODER JUDICIÁRIO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Nº3640/2023

Data da disponibilização: Quinta-feira, 12 de Janeiro de 2023.

Conselho Superior da Justiça do Trabalho	
Ministro Conselheiro Lelio Bentes Corrêa Presidente	Setor de Administração Federal Sul (SAFS) Quadra 8 - Lote 1, Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF CEP: 70070943
Ministro Conselheiro Aloysio Silva Corrêa da Veiga Vice-Presidente	Telefone(s) : (61) 3043-3710 (61) 3043-3658
Ministra Conselheira Dora Maria da Costa Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho	

**Conselho Superior da Justiça do Trabalho**

Edital

Edital

**EDITAL Nº 2/2023 – RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE ABERTURA**

II CONCURSO PÚBLICO NACIONAL UNIFICADO PARA INGRESSO NA  
CARREIRA DA MAGISTRATURA DO TRABALHO

EDITAL Nº 2/2023 – RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE ABERTURA

O Excelentíssimo Senhor Ministro HUGO CARLOS SCHEUERMANN, Presidente da Comissão Executiva Nacional, nos termos do item 19.16 do Edital de Abertura nº 1/2023 referente ao II CONCURSO PÚBLICO NACIONAL UNIFICADO PARA INGRESSO NA CARREIRA DA MAGISTRATURA DO TRABALHO de provas e títulos, para provimento de cargos de Juiz(a) do Trabalho Substituto(a), publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho – DEJT Nº 3635/2023, de 6 de janeiro de 2023 e no Diário Oficial da União - DOU Nº 6, SEÇÃO 3, de 9 de janeiro de 2023, torna pública a RETIFICAÇÃO ao edital supracitado, cujas alterações estão a seguir elencadas:

No subitem 10.7:

ONDE SE LÊ:

BLOCO	DISCIPLINAS	QUESTÕES
Bloco I	Direito Individual e Coletivo do Trabalho	40
	Direito Administrativo	
	Direito Penal	

LEIA-SE:

BLOCO	DISCIPLINAS	QUESTÕES
Bloco I	Direito Individual do Trabalho	40
	Direito Coletivo do Trabalho	

	Direito Administrativo	
	Direito Penal	
	Noções Gerais de Direito e Formação Humanística	

No Anexo II – Conteúdo Programático, Bloco I:

ONDE SE LÊ:

DIREITO INDIVIDUAL E COLETIVO DO TRABALHO

LEIA-SE:

DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO

No Anexo II – Conteúdo Programático, Bloco I, DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO:

INCLUIR o seguinte conteúdo, após o item 16, com a devida renumeração dos itens posteriores:

[...]

17. Normas de proteção ao trabalhador imigrante. O princípio da igualdade e as medidas antidiscriminatórias e/ou inclusivas do trabalhador imigrante no contexto trabalhista: o enquadramento jurídico da diferenciação positiva.

[...]

No Anexo II – Conteúdo Programático, Bloco I, DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO, item 36:

ONDE SE LÊ:

Trabalho escravo contemporâneo: conceito, caracterização, formas e penalidades. Normas internacionais e nacionais aplicáveis. Responsabilização pertinente.

LEIA-SE:

Trabalho escravo contemporâneo e tráfico de pessoas: conceito, caracterização, formas e penalidades. Normas internacionais e nacionais aplicáveis. Responsabilização pertinente.

No Anexo II – Conteúdo Programático, Bloco II, DIREITO CONSTITUCIONAL:

INSERIR o item 16:

[...]

16. Jurisprudência aplicável dos Tribunais Superiores.

No Anexo II – Conteúdo Programático, Bloco II, DIREITO CIVIL, item 2:

ONDE SE LÊ:

2. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Vigência, validade e eficácia das normas. Conflito de normas no tempo e no espaço. Princípio da irretroatividade da lei. Hierarquia, integração e interpretação da lei. Métodos de interpretação. Analogia. Costumes. Princípios Gerais do Direito. Equidade. Revogação, derrogação e ab-rogação. Ato jurídico perfeito, direito adquirido e coisa julgada. Consequencialismo.

LEIA-SE:

2. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Vigência, validade e eficácia das normas. Conflito de normas no tempo e no espaço. Princípio da irretroatividade da lei. Hierarquia, integração e interpretação da lei. Métodos de interpretação. Analogia. Costumes. Princípios Gerais do Direito. Equidade. Revogação, derrogação e ab-rogação. Ato jurídico perfeito, direito adquirido e coisa julgada.

No Anexo II – Conteúdo Programático, Bloco III, DIREITO INTERNACIONAL E COMUNITÁRIO, item 6:

ONDE SE LÊ:

6. Organização Internacional do Trabalho. História. Órgãos. Comissão de Peritos. Comissão de Aplicação de Normas. Convenções e recomendações internacionais do trabalho. Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho. Protocolos.

## LEIA-SE:

6. Organização Internacional do Trabalho. História. Órgãos. Comissão de Peritos. Comissão de Aplicação de Normas. Convenções e recomendações internacionais do trabalho. Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho. Protocolos. Trabalho Decente e seus fundamentos.

No Anexo II – Conteúdo Programático, a disciplina NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA, passa a constar do BLOCO I, com os seguintes acréscimos:

INCLUIR o item 7, no conteúdo “E) Teoria Geral do Direito e da Política”:

Agenda 2030 e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

INCLUIR as alíneas “F” a “H”:

## Direito Digital

4ª Revolução industrial. Transformação Digital no Poder Judiciário. Tecnologia no contexto jurídico. Automação do processo. Inteligência Artificial e Direito. Audiências virtuais. Cortes remotas. Ciência de dados e Jurimetria. Resoluções do CNJ sobre inovações tecnológicas no Judiciário.

Persecução Penal e novas tecnologias. Crimes virtuais e cibersegurança. Deepweb e Darkweb. Provas digitais. Criptomoedas e Lavagem de dinheiro.

Noções gerais de contratos Inteligentes, Blockchain e Algoritmos.

LGPD e proteção de dados pessoais.

## Pragmatismo, Análise Econômica do Direito e Economia Comportamental

Função judicial e pragmatismo. Antifundacionalismo. Contextualismo. Consequencialismo. Racionalismo e Empirismo. Dialética. Utilitarismo.

Análise econômica do direito. Conceitos fundamentais. Racionalidade econômica. Eficiência processual. Métodos adequados de resolução de conflitos e acesso à Justiça. Demandas frívolas e de valor esperado negativo. Precedentes, estabilidade da jurisprudência e segurança jurídica. Coisa Julgada.

Economia comportamental. Heurística e vieses cognitivos. A percepção de Justiça. Processo cognitivo de tomada de decisão.

Governança corporativa e Compliance no Brasil. Mecanismos de Combate às organizações criminosas e Lavagem de Dinheiro.

Whistleblower.

## Direito da Antidiscriminação

Conceitos Fundamentais do Direito da Antidiscriminação.

Modalidades de Discriminação.

Legislação antidiscriminação nacional e internacional.

Conceitos Fundamentais do Racismo, Sexismo, Intolerância Religiosa, LGBTQIA+fobia.

Ações Afirmativas.

Direitos dos Povos indígenas e das comunidades tradicionais. Proteção legal no Direito Pátrio e Internacional.

Direitos do Trabalhador Imigrante. Proteção legal no Direito Pátrio e Internacional.

## ÍNDICE

Conselho Superior da Justiça do Trabalho	1	
Edital	1	
Edital	1	